CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 5.971/25/CE Rito: Ordinário
PTA/AI: 01.003507217-16
Recurso de Revisão: 40.060159376-95
Recorrente: Lafeber Indústria e Comércio de Condutores Elétricos Ltda
IE: 003862733.00-00
Recorrido: Fazenda Pública Estadual
Coobrigado: Daiana Rúbia da Silva
CPF: 076.925.636-83
Proc. S. Passivo: RICARDO VASSILAKIS BARTHOLO
Origem: DF/BH-4 - Belo Horizonte

EMENTA

RECURSO DE REVISÃO - NÃO CONHECIMENTO - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADA. Não comprovada a divergência jurisprudencial prevista no art. 163, inciso II do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos - RPTA, não se configurando, por conseguinte, os pressupostos de admissibilidade para o recurso.

Recurso de Revisão não conhecido à unanimidade.

RELATÓRIO

A autuação versa sobre descaracterização do diferimento do imposto previsto no art. 218 da Parte 1 do Anexo IX do RICMS/02, em razão da constatação de operações de entrada de sucata de cobre desacobertas de documentos fiscais hábeis, nos termos do art. 12, inciso II, do RICMS/02, no período de 10/02/21 a 06/12/21.

As operações foram acobertas por documentos fiscais, emitidos pela Autuada, que não correspondem às reais operações, motivo pelo qual foram consideradas desacobertas de documentos fiscais, nos termos do art. 149, inciso IV, do RICMS/02.

Exige-se ICMS, Multa de Revalidação (50% - cinquenta por cento – do valor do imposto) e Multa Isolada (20% – vinte por cento – do valor da operação), estando as penalidades previstas, respectivamente, no art. 56, inciso II, e no art. 55, inciso II, alínea “a”, ambos da Lei nº 6.763/75.

A sócia-administradora foi eleita como responsável solidária nos termos dos arts. 135, inciso III, e 124, ambos do Código Tributário Nacional – CTN, e do art. 21, § 2º, inciso II, da Lei nº 6.763/75, “em função das entradas de sucatas desacobertas de documentos fiscais hábeis, o que acarretou o encerramento do diferimento do pagamento do ICMS”, conforme observação do Relatório Fiscal Complementar.

A 3ª Câmara de Julgamento, em decisão consubstanciada no Acórdão nº 25.245/25/3ª, acordou, em preliminar, à unanimidade, pela rejeição das prefaciais arguidas. No mérito, também à unanimidade, julgou procedente o lançamento, nos termos do parecer da Assessoria do CCMG.

Inconformada, a Autuada interpõe, tempestivamente e por procurador regularmente constituído, o presente Recurso de Revisão.

Afirma que a decisão recorrida revela-se divergente das decisões proferidas nos seguintes Acórdãos indicados como paradigmas: 22.554/21/2ª, 23.747/21/3ª e 24.266/22/1ª.

Requer, ao final, o provimento do Recurso de Revisão.

A Assessoria do CCMG, em parecer apenso aos autos, opina, em preliminar, pelo não conhecimento do Recurso de Revisão e, quanto ao mérito, pelo seu não provimento.

DECISÃO

Os fundamentos expostos no parecer da Assessoria do CCMG foram os mesmos utilizados pela Câmara para sustentar sua decisão e por essa razão passam a compor o presente Acórdão, salvo pequenas alterações.

Dos Pressupostos de Admissibilidade

Superada a condição de admissibilidade referente ao rito processual, capitulada no inciso II do art. 163 do Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), aprovado pelo Decreto nº 44.747/08, cumpre verificar o atendimento, também, da segunda condição estatuída no citado dispositivo normativo, relativa à divergência jurisprudencial.

Para efeito de se avaliar a admissibilidade do Recurso, deve-se ressaltar que essa espécie de Recurso de Revisão tem como pressuposto de cabimento a existência de decisões divergentes quanto à aplicação da legislação tributária, sobre a mesma matéria e em circunstâncias/condições iguais, proferidas pela mesma ou por outra Câmara de Julgamento deste Órgão Julgador.

Nesse sentido, o objetivo buscado pelo Órgão Julgador é o da uniformização das decisões, evitando que as Câmaras decidam de forma diferente sobre determinada matéria.

Feitas essas considerações, passa-se à análise da admissibilidade do Recurso em apreço.

A Recorrente sustenta que a decisão recorrida revela-se divergente das decisões proferidas nos Acórdãos nºs 22.554/21/2ª (PTA nº 01.001691739-40), 23.747/21/3ª (PTA nº 01.001668292-32) e 24.266/22/1ª (PTA nº 01.002529576-69), irrecorríveis na esfera administrativa.

Salienta-se que, considerando-se a previsão constante do inciso I do art. 165 do RPTA, todas as decisões indicadas como paradigmas pela Recorrente se encontram

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

aptas para serem analisadas quanto ao cabimento do Recurso, tendo em vista que foram publicadas no Diário Eletrônico há menos de 05 (cinco) anos da publicação da decisão recorrida, ocorrida em 15/05/25.

Sustenta a Recorrente que, ao contrário da decisão recorrida, há diversos precedentes deste Conselho, conforme acórdãos indicados como paradigmas, nos quais se decidiu pela aplicação do permissivo constante do § 3º do art. 53 da Lei nº 6.763/75, nos termos das respectivas ementas:

ACÓRDÃO: 22.554/21/2ª (DECISÃO PARADIGMA)

RITO: SUMÁRIO

PTA/AI: 01.001691739-40

(...)

EMENTA

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - EMISSÃO IRREGULAR DE DOCUMENTO FISCAL. CONSTATADA A SAÍDA DE MERCADORIAS DESACOBERTADA DE DOCUMENTO FISCAL, HAJA VISTA A UTILIZAÇÃO DE CUPONS FISCAIS EMITIDOS POR EQUIPAMENTO EMISSOR DE CUPOM FISCAL – ECF APÓS O PRAZO PREVISTO NO INCISO I DO ART. 3º DA RESOLUÇÃO SEF/MG Nº 5.234, DE 05/02/19. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. CORRETA A EXIGÊNCIA DA MULTA ISOLADA CAPITULADA NO INCISO II C/C § 5º, AMBOS DO ART. 55 DA LEI Nº 6.763/75. ACIONADO O PERMISSIVO LEGAL COM FULCRO NO ART. 53, § 3º DA CITADA LEI PARA REDUZIR A MULTA ISOLADA A 10% (DEZ POR CENTO) DO SEU VALOR.

LANÇAMENTO PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 23.747/21/3ª (DECISÃO PARADIGMA)

RITO: SUMÁRIO

PTA/AI: 01.001668292-32

(...)

EMENTA

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - ARQUIVO ELETRÔNICO - ENTREGA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO - SINTEGRA. CONSTATADA A ENTREGA EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO, DE ARQUIVOS ELETRÔNICOS, REFERENTES À TOTALIDADE DAS OPERAÇÕES DE ENTRADA E DE SAÍDA DE MERCADORIAS OU BENS E DAS AQUISIÇÕES E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADAS, RELATIVOS À EMISSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS E À ESCRITURAÇÃO DE LIVROS FISCAIS, CONFORME PREVISÃO NOS ARTS. 10, CAPUT E § 5º E 11, CAPUT E § 1º DO ANEXO VII DO RICMS/02. EXIGÊNCIA DA MULTA ISOLADA PREVISTA NO ART. 54, INCISO XXXIV, ALÍNEA “A” DA LEI Nº 6.763/75. ACIONADO O PERMISSIVO LEGAL, ART. 53, § 3º C/C §§ 13 E 14 DA CITADA LEI, PARA REDUZIR A MULTA ISOLADA A 10% (DEZ. POR CENTO) DO SEU VALOR, CONDICIONADO A QUE SEJA SANADA A IRREGULARIDADE E EFETUADO O PAGAMENTO

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INTEGRAL NO PRAZO DE TRINTA DIAS, CONTADO DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO IRRECORRÍVEL DO ÓRGÃO JULGADOR ADMINISTRATIVO.

LANÇAMENTO PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 24.266/22/1ª (DECISÃO PARADIGMA)

RITO: SUMÁRIO

PTA/AI: 01.002529576-69

(...0

EMENTA

OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA - EMISSÃO IRREGULAR DE DOCUMENTO FISCAL. CONSTATADA A FALTA DE EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE CONSUMIDOR ELETRÔNICA (NFC-E), PREVISTA NO ART. 130, INCISO XXVIII DO RCIMS/02 PARA ACOBERTAR AS OPERAÇÕES DE VAREJO. INFRAÇÃO CARACTERIZADA NOS TERMOS DO ART. 2º, INCISO II, ALÍNEA "A", C/C O ART. 3º, INCISOS I E III E § 1º, AMBÓS DA RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS - SEF/MG Nº 5.234/19. CORRETA A EXIGÊNCIA DE MULTA ISOLADA PREVISTA NO ART. 55, INCISO II C/C § 5º DO CITADO ARTIGO DA LEI Nº 6.763/75. ACIONADO O PERMISSIVO LEGAL, ART. 53, § 3º DA CITADA LEI, PARA, POR MAIORIA DE VOTOS, REDUZIR A MULTA ISOLADA A 10% (DEZ POR CENTO) DO SEU VALOR, CONDICIONADO AO PAGAMENTO INTEGRAL NO PRAZO DE TRINTA DIAS, CONTADO DA PUBLICAÇÃO DA DECISÃO IRRECORRÍVEL DO ÓRGÃO JULGADOR ADMINISTRATIVO.

LANÇAMENTO PROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME.

Transcrevendo tais ementas dos acórdãos paradigmas, em cujas decisões houve o acionamento do permissivo legal, a Recorrente alega que "*merece ser agraciada com o benefício do cancelamento da multa isolada imposta, pois que presentes todos os requisitos necessários a tanto na hipótese dos autos*".

Assim, observa-se que o fundamento levantado pela Recorrente, para efeito de cabimento do Recurso, refere-se à decisão de não aplicação, na decisão recorrida, do permissivo legal previsto no § 3º do art. 53 da Lei nº 6.763/75:

ACÓRDÃO: 25.245/25/3ª (DECISÃO RECORRIDA)

(...)

DO MÉRITO

(...)

COM RELAÇÃO À EVENTUAL POSSIBILIDADE DE ACIONAMENTO DO CHAMADO PERMISSIVO LEGAL POR ESTA CÂMARA DE JULGAMENTO, PLEITO DA IMPUGNANTE, PARA CANCELAMENTO OU REDUÇÃO DA PENALIDADE POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA, NOS TERMOS DO ART. 53, §§ 3º E 5º, ITEM 3, DA LEI Nº 6.763/75, O BENEFÍCIO NÃO PODE SER

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

APLICADO AO CASO PRESENTE, UMA VEZ QUE A INFRAÇÃO RESULTOU EM FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO:

(...)

Contudo, conforme determina o art. 163, § 1º, inciso II, do RPTA (abaixo reproduzido), a decisão relativa ao cancelamento ou redução de multa isolada pelo Órgão Julgador, com fulcro no § 3º do art. 53 da Lei nº 6.763/75, encontra óbice para análise quanto ao conhecimento do Recurso de Revisão:

RPTA

Art. 163. Das decisões da Câmara de Julgamento cabe Recurso de Revisão para a Câmara Especial, no prazo de dez dias contados da intimação do acórdão, mediante publicação da decisão no Diário Eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, nas seguintes hipóteses:

(...)

§ 1º **Não ensejará recurso de revisão:**

(...)

II - a **decisão** relativa ao cancelamento ou redução de multa isolada pelo órgão julgador **estabelecida nos termos do § 3º do art. 53** da Lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975.

(...)

(Destacou-se)

Verifica-se, então, que a Recorrente não logrou êxito em comprovar o pressuposto para reapreciação do julgamento, não caracterizando, portanto, a divergência entre a decisão recorrida e a paradigma quanto à aplicação da legislação tributária.

Ressalta-se que, às págs. 30 do Recurso de Revisão, a Recorrente apresentou trecho de decisão sem a perfeita identificação do acórdão a que se trata, prejudicando, assim, qualquer análise quanto à admissibilidade de recurso.

Por fim, cumpre acrescentar que o pressuposto de cabimento para o Recurso de Revisão, conforme previsto no inciso II do art. 163 do RPTA, não leva em consideração decisões tomadas pelo Poder Judiciário ou por outros órgãos de jurisdição administrativa, tendo em vista que o objetivo processual de uniformização das decisões buscado com essa possibilidade recursal se circunscreve às possíveis divergências jurisprudenciais ocorridas no âmbito deste Órgão Julgador:

RPTA

Art. 163. Das decisões da Câmara de Julgamento cabe Recurso de Revisão para a Câmara Especial, no prazo de dez dias contados da intimação do acórdão, mediante publicação da decisão no Diário Eletrônico da Secretaria de Estado de Fazenda, nas seguintes hipóteses:

(...)

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

II - no caso de PTA submetido ao rito ordinário, quando a decisão recorrida seja divergente, quanto à aplicação da legislação tributária, de outra proferida por câmara do Conselho de Contribuintes.

Diante do exposto, reputa-se não atendida a segunda condição prevista no inciso II do art. 163 do RPTA (divergência jurisprudencial), frustrando a exigência de preenchimento cumulativo das condições estabelecidas no referido regulamento.

Por consequência, não se encontram configurados os pressupostos para admissibilidade do Recurso de Revisão.

Diante do exposto, ACORDA a Câmara Especial do CCMG, em preliminar, à unanimidade, em não conhecer do Recurso de Revisão, por ausência de pressupostos legais de cabimento, nos termos do parecer da Assessoria do CCMG. Pela Recorrente, sustentou oralmente o Dr. Ricardo Vassilakis Bartholo e, pela Fazenda Pública Estadual, o Dr. Dario de Castro Brant Moraes. Participaram do julgamento, além dos signatários, os Conselheiros Cássia Adriana de Lima Rodrigues (Revisora), Antônio César Ribeiro, Cindy Andrade Moraes e Gislana da Silva Carlos.

Sala das Sessões, 11 de julho de 2025.

Ivana Maria de Almeida
Relatora

Geraldo da Silva Datas
Presidente

P